

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de análise o processo de aquisição da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa pelo surdo. Isto se faz necessário, porque se pensar em uma proposta de escola inclusiva e para desenvolver um ensino para surdos, primeiramente é necessário mudar as atitudes de discriminação da sociedade no que se refere à pessoa com surdez. Para isso, é preciso identificar as possibilidades de aprendizagem desta pessoa, o que implica no recolhimento de suas vias de captação, integração e compreensão do mundo.

Inúmero estudiosos dedicados à questão, tem evidenciado que a linguagem é um instrumento mediador da aprendizagem. Para os ouvintes a linguagem natural é a fala. No entanto, para os surdos L1 é a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa é a L2. Considerando que a língua oral caracteriza-se pela modalidade oral-auditiva e a Língua de Sinais é uma língua espaço-visual, propomo-nos a investigar as seguintes questões:

- Como se dá a aprendizagem da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa pelo surdo?
- Quais as diferenças na aprendizagem destas duas línguas pelo surdo?

Na ânsia de responder tais questões, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual pudemos organizar este trabalho em três capítulos: no primeiro capítulo procuramos caracterizar a surdez. Porém, antes de adentrarmos nesta questão, apresentamos uma breve descrição da anatomia do ouvido, por se tratar de um pré-requisito para a compreensão de alguns elementos da surdez. No segundo capítulo, caracterizamos a Língua de Sinais, bem como o processo de aquisição da mesma por crianças surdas. No terceiro capítulo enfocamos a aquisição da escrita da Língua Portuguesa pelo surdo, levando-se em consideração que a Língua Portuguesa é a sua L2(segunda língua), e a Língua de Sinais é a sua L1(língua natural).

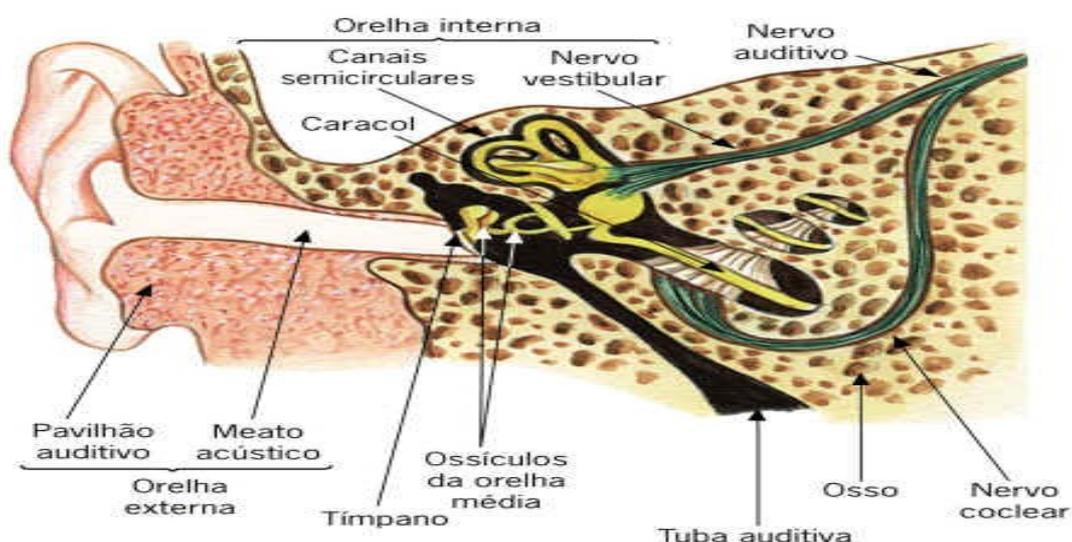
### **1 UMA INTRODUÇÃO À ANATOMIA DA AUDIÇÃO HUMANA E A SURDEZ**

As idéias abordadas neste capítulo serão apresentadas em dois importantes momentos: no primeiro momento destacamos a anatomia da orelha e no segundo momento realizamos um estudo preliminar sobre a surdez mostrando seu conceito, suas causas, sua prevenção e tipos de perda auditiva.

### 1.1 ESTUDOS PRELIMINARES DA ANATOMIA DA AUDIÇÃO HUMANA.

Segundo Hansen & Koeppen (2000) a orelha, órgão responsável pela audição está dividido em três partes: orelha externa, média e interna, como explicita a FIGURA 1 abaixo:

**FIGURA 1: ANATOMIA DO OUVIDO**



FONTE: HANSEN John T. & KOEPPEN, Bruce M., **Anatomia e Fisiologia Humana**. São Paulo: [S.n],2000.

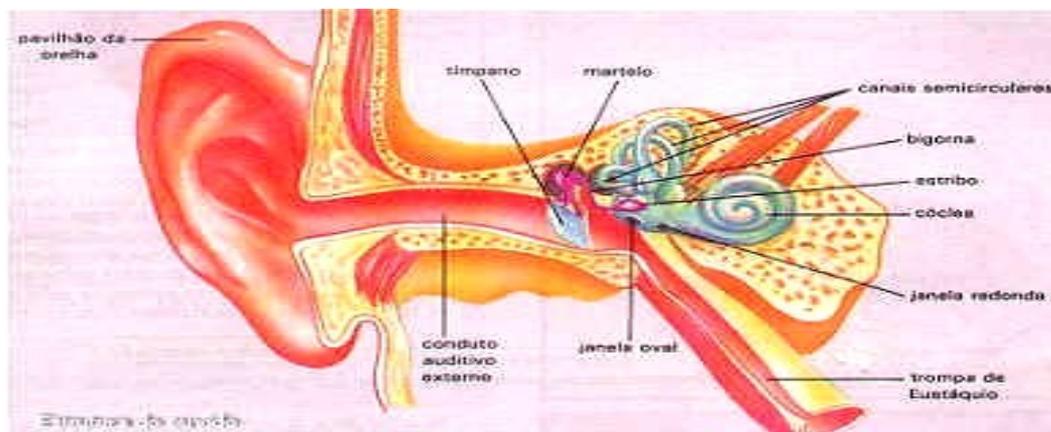
Para melhor compreender essa divisão, é preciso considerar que a orelha classificada como externa é formada pelo pavilhão auditivo e pelo meato acústico, que tem como principal função de captar e canalizar os sons.

Como se pode verificar, o canal auditivo externo estabelece a comunicação entre a orelha média e o meio externo que tem cerca de três centímetros de comprimento e está escavado em nosso osso temporal, que é revestido internamente por pêlos e glândulas. Estas glândulas fabricam uma substância gordurosa e amarelada (cera), cuja função é reter poeira e micróbios que normalmente existem no ar e eventualmente entram nos ouvidos.

O canal auditivo externo termina numa delicada membrana: o tímpano que é firmemente fixada ao conduto auditivo externo por um anel de tecido fibroso, chamado anel timpânico. O tímpano se define como uma cavidade irregular situada na porção mais interna e terminal do canal auditivo, a partir do qual se inicia a orelha média.

O tímpano (FIGURA 2) é formado, em sua totalidade, na cavidade timpânica e no osso temporal. Dentro desta cavidade estão três pequenos ossos que são classificados em: martelo, bigorna e estribo. O martelo está encostado no tímpano; o estribo apóia-se na janela oval, que tem como função estabelecer a comunicação com a orelha média, que se comunica também através de um canal denominado tuba auditiva.

**FIGURA 2: ESTRUTURA DA ORELHA MÉDIA**



FONTE: HANSEN John T. & KOEPPEN, Bruce M., **Anatomia e Fisiologia Humana**. São Paulo: [S.n],2000.

Segundo Hansen & Koepfen (2000) a orelha interna, é denominada de labirinto, na qual se encontra a cóclea (FIGURA 3). A cóclea é composta por três tubos individuais: escala timpânica, escala média e escala vestibular, que são constituídas por canais

semicirculares que não têm função auditiva, mas são importantes na manutenção do equilíbrio do corpo.

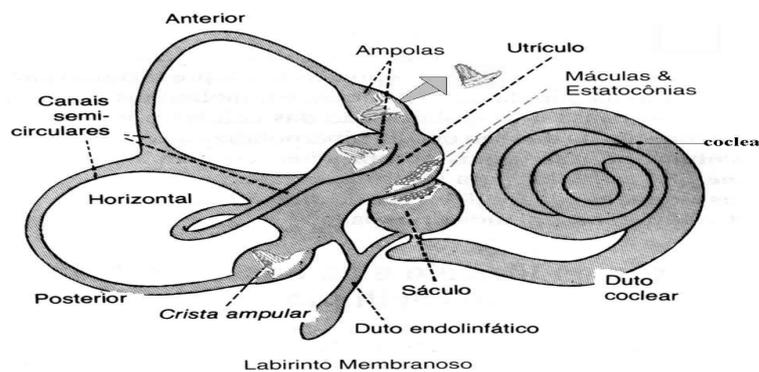
**FIGURA 3: A ORELHA INTERNA-CÓCLEA**



FONTE: HANSEN John T de; & KOEPPEN, Bruce M., **Anatomia e Fisiologia Humana**, São Paulo: [S.n],2000.

Entre os canais semicirculares e a cóclea está uma grande cavidade cheia de um líquido chamado perilinfa também denominado de vestíbulo. No interior dessa cavidade existem duas bolsas membráceas: utrículo e o sáculo. (FIGURA 4).

**FIGURA 4: O LABIRINTO MEMBRANOSO.**



FONTE: HANSEN John T. & KOEPPEN, Bruce M., **Anatomia e Fisiologia Humana**. São Paulo: [S.n],2000.

As orelhas : externa, média e interna atuam de forma conjunta no desenvolvimento do processo auditivo. Ele ocorre da seguinte forma: o ouvido capta vibrações dos sons. A orelha externa mais especificamente o pavilhão e o canal auditivo, tem a função de

captar o som e levá-lo ao tímpano, que vibra ao receber as ondas sonoras. Esta, por sua vez, faz vibrar, na orelha média, três ossículos (martelo, bigorna e estribo), que ampliam e intensificam as vibrações, conduzindo-as ao ouvido interno. A orelha interna, por sua vez é formada por um complexo sistema de canais contendo líquido aquoso. As vibrações da orelha média fazem com que esse líquido se mova e as extremidades dos nervos sensitivos convertem esse movimento em sinais elétricos, que são enviados ao cérebro, através do nervo auditivo. É este processo que produz a audição.

## 1.2 O INDIVÍDUO COM SURDEZ

Afirma Marchesi (2004) que para se diagnosticar um indivíduo com surdez, é necessário verificar se ele não tem a capacidade de percepção normal dos sons pelos padrões estabelecidos pelo ANSI (*American Nacional Standards Institute*) desde 1989.

Com base nos padrões ANSI, se pode verificar que o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva (ANEXO A) é chamado de pessoa com deficiência auditiva.

Através dos estudos do ANSI, existem hoje no Brasil dois modelos essenciais de problemas auditivos: o primeiro tipo atinge a orelha externa<sup>1</sup> e provoca dificuldades auditivas condutivas, normalmente tratáveis e curáveis. O outro tipo envolve o nervo auditivo que provoca a surdez profunda.

Neste contexto, baseando-se aos padrões do ANSI, a identificação da perda auditiva é feita por meio de exame chamado de: audiometria, que diagnostica os graus de perda auditiva do indivíduo, nas frequências equivalentes a 500 Hz<sup>2</sup>, 1000 Hz e 2000 Hz, que por sua vez, são diagnosticadas como: normal (0 a 24 dB N.A<sup>3</sup>), leve (25 a 40 dB N.A), moderada (41 a 70 dB N.A), severa (71 a 90 dB N.A) e profunda (acima de 90 dB

<sup>1</sup> HANSEN John T. & KOEPPEN, Bruce M., Anatomia e Fisiologia Humana, São Paulo: [S.1], 2000.

<sup>2</sup>

Hz ou Hertz é uma medida de frequência. Medimos a audição das pessoas nas frequências de 250 Hz até 8.000 Hz, sendo que a fala ocorre na Faixa de 500 a 2.000 Hz.

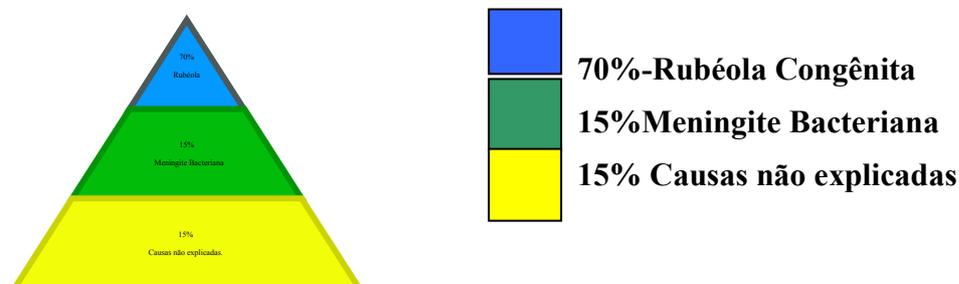
<sup>3</sup> dB. NA ou decibel de nível de audição : é uma medida de intensidade do som.

N.A). Nesta perspectiva, um indivíduo de nível de perda de audição leve, moderada e severa é chamado de deficiente auditivo, enquanto o indivíduo com perda de audição profunda é chamado de surdo.

As causas da surdez podem ser classificadas em dois tipos: a congênita e a adquirida. Segundo Russo & Santos (1993 *apud* ROSSI; LIMA, 2002), estima-se uma porcentagem de 6: 100 nascimentos nos casos de surdez congênita e de 20: 1000 nos casos adquiridos.

As principais causas da congênita são pela hereditariedade, pelas viroses maternas como: rubéola e sarampo, pelas doenças da gestante como: sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose e pela ingestão de remédios ototóxicos que lesam o nervo auditivo durante a gravidez. E é adquirida, quando existe uma predisposição genética como otosclerose, quando ocorre meningite podendo destruir o nervo auditivo e a exposição a sons impactantes como a explosão.

Segundo Rossi & Lima (2002, p. 118) com base na pesquisa realizada no Ambulatório de Neurodiagnóstico das Deficiências Sensoriais do HC (Hospital Comunitário) da Unicamp, as principais causas da surdez são:



FONTE: ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas; LIMA, Maria Cecília Marconi Pinheiro. A surdez. In: PALHARES Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina Fanhani (Org). **Escola Inclusiva**. São Carlos: UFSCARL: 2002 p. 113 - 123.

De acordo com o documento elaborado no X Encontro Internacional de Audiologia (1994) ficou estabelecido alguns critérios que indicam as perdas auditivas em neonatos e gestantes, os critérios observados são: a história familiar de surdez na infância, as infecções congênitas, as anomalias; peso do recém nascido inferior a 1500 g, ingestão de remédios ototóxicos e a meningite bacteriana. Assim, para evitá-las deve ser realizada campanha de vacinação das jovens contra a rubéola, pois a virose pode chegar

a comprometer o desenvolvimento dos ouvidos do bebê ainda no útero, acompanhamento à gestante ao pré-natal, campanhas de vacinação infantil contra: sarampo, meningite e caxumba; palestras e orientações às mães, pais e familiares próximos.

Além disso, alguns comportamentos de bebês e de algumas crianças podem ser indícios de surdez, como: quando o bebê não se assusta ou não muda o comportamento diante de ruídos intensos; um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa; quando a criança, não responde ao chamado ou sempre pede para ser repetido o que foi dito, apresenta dificuldades na leitura e escrita, ouve rádio e televisão em volume muito alto.

Rossi & Lima (2002, p. 114), afirmam que a surdez “[...] é caracterizada pela dificuldade na detecção do som, acarretando sérias conseqüências quanto ao desenvolvimento emocional, social e educacional do indivíduo [...]”. Isto ocorre em função de diferenças lingüísticas. A ausência de audição faz com que o surdo recorra à Língua de Sinais (L1 - a língua natural do mesmo), para desenvolver a comunicação com o outro, utilizando-se de uma língua diferente da língua oral da comunidade ouvinte. Desta forma, o surdo apresenta certas especificidades em sua aprendizagem que, se não forem respeitadas, pode comprometer o seu desenvolvimento, como explicitaremos no próximo capítulo.

## **2 LÍNGUA DE SINAIS: A LÍNGUA NATURAL DA COMUNIDADE SURDA**

Rego (1995), Góes (1996) e Goldfeld (2001), baseando-se nos estudos de Vygotsky afirmam que a linguagem humana é entendida como um sistema de signos sociais que são observados na medida em que o indivíduo vai interagindo com o outro, aprendendo a usar a linguagem para expressar idéias, pensamentos e intenções verbais ou não-

verbais. É pela linguagem que o indivíduo irá estabelecer relações inter-pessoais, para possibilitar um meio de comunicação que deve ser compreendida pelo grupo social.

Neste processo de comunicação, os homens organizaram uma língua que para Saussure (1975, p.70) trata-se da “[...] parte social da linguagem externa ao indivíduo, que por si só, não pode nem cria-la, ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade [...]”.

Complementando Fernandes (1993) afirma ser a língua o principal instrumento de interação social do indivíduo com os membros da comunidade, mas também a define como meio de expressão e de comunicação pelos mesmos, que por sua vez são analisados por um conjunto acústico representada pela imagem sonora chamada de significante, a um elemento visual, chamada de significado.

Partindo destes pressupostos, pretendemos evidenciar neste capítulo que a Língua de Sinais trata-se da língua própria do surdo, pois permite a comunicação e compreensão da realidade pelo surdo da mesma forma que essas habilidades são possibilitadas aos ouvintes pelas línguas orais.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS

Segundo Brito (1993) e Brasil (1998), a Língua de Sinais é classificada como uma língua materna das comunidades surdas, porque pelo canal visual - espacial os surdos conseguem naturalmente comunicar-se entre si e receber a herança cultural das comunidades surdas. Trata-se de uma língua, segundo Quadros (1997), porque ela possui estruturas gramaticais próprias que são atribuídos em níveis lingüístico fonológicos, sintáticos, morfológicos e semânticos como qualquer outra língua, possibilitando o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda que favorece seu acesso aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade ouvinte.

Nesse sentido, vale ressaltar que surgem muitos equívocos a respeito da Língua de Sinais como demonstra o quadro abaixo:

### QUADRO I: IDÉIAS CERTAS E ERRADAS SOBRE A LIBRAS

Idéias erradas	Idéias certas
A Língua de Sinais é uma mistura de mímica e gestos naturais	A língua de Sinais é uma língua com todas as características gramaticais, tal como as línguas orais.
A Língua de sinais é igual em qualquer lugar	A língua de sinais não é universal, cada país tem a sua, e em cada região existem variedades regionais.
A Língua de sinais é pobre e não transmite idéias abstratas	A língua de sinais é completa e pode transmitir sentimentos, idéias, ou seja, qualquer conceito; ela não pode ser comparada à gramática da Língua Portuguesa, pois são diferentes.

FONTE: PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

A Língua de Sinais é formada pela configuração das mãos, pelo seu ponto de articulação e pelos movimentos dos mesmos, pela expressão facial e orientação e direção dos gestos. De acordo com Quadros (1997) são línguas comparáveis em: complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais, pelo fato de expressarem idéias sutis, complexas e abstratas que utiliza como meio de comunicação os movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; que se diferencia da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. E mais, a Língua de Sinais não é a Língua Portuguesa feita com as mãos. E mais, ela não possui sinais que substituem as palavras portuguesas, pode-se concluir que a língua de sinais é independente da língua oral, não derivando desta última.

**CONFIGURAÇÃO DA MÃO:**

**PONTO DE ARTICULAÇÃO:**

**TELEFONE.****APRENDER.****LARANJA.****MOVIMENTO****GALINHA.**

FONTE: PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos:** LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

Desmistificando a idéia de que a Língua de Sinais é universal, Quadros (1997), Paraná (1998) e Brasil (1998) demonstram que há muitas variações lingüísticas nas Línguas de Sinais que podem ocorrer em dois tipos: as regionais e as sociais.

- Variações regionais: a variação regional na língua de sinais é representada pelas variações de sinais de uma região para outra no mesmo país. Como por exemplo: a cor VERDE.

**VERDE**

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

CURITIBA

FONTE: PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos**: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

- Variação social: refere-se a variações na configuração das mãos ou no movimento. Como por exemplo, a palavra: Ajudar.

### AJUDAR

FONTE: PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos**: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

Além das Línguas de Sinais, outro instrumento usado para comunicação do surdo, é o alfabeto manual. Ele é formado a partir da combinação da letra do nosso alfabeto e pelo movimento das mãos. (ANEXO B). É um recurso utilizado para soletrar nomes próprios ou palavras da Língua Portuguesa inexistente ou desconhecida na Língua de Sinais. A palavra CASA: c / a / s / a / na Língua Portuguesa é apresentada da seguinte forma pelo alfabeto manual:



FONTE: Disponível em: <[www.dicionariodelibras.com.br](http://www.dicionariodelibras.com.br)> . Acesso em 19/08/06.

## 2.2 A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS PELO SURDO.

Segundo Quadros (1997, p.70) o processo de aquisição da Língua de Sinais é semelhante ao processo de aquisição da língua oral pelos ouvintes, no que se refere às fases deste processo. A aquisição da Língua de Sinais, ocorre de acordo com a autora em quatro estágios, sendo estes: pré-lingüístico, estágio de um sinal, estágio das primeiras combinações, e estágio das múltiplas combinações.

Conforme os estudos realizados por Petitto e Marantette (1991 *apud* QUADROS, 1997) no período pré-lingüístico (do nascimento até um ano de vida), verifica-se que um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Tanto o bebê surdo quando o ouvinte desenvolvem o balbucio oral e manual. Com o tempo, o bebê surdo vai deixando o balbucio oral e o ouvinte vai abandonando o balbucio manual.

As semelhanças encontradas nas duas formas de balbuciar, tanto do bebê ouvinte e do bebê surdo, sugere que há no ser humano uma capacidade lingüística que se resume na aquisição da linguagem, como por exemplo, cita-se que o bebê ouvinte tem a capacidade lingüística em oral auditiva pela fala, e o surdo na capacidade espaço visual pelos gestos.

No estágio de um sinal, Quadros (1997), afirma que é iniciada por volta dos 12 meses até por volta dos dois anos. Observa-se no início deste período tanto a criança surda quanto à ouvinte, deixa de indicar objetos e pessoas pelo uso da apontação. A criança surda começa a visualizá-la como elemento do sistema gramatical da Língua. É neste estágio que ela inicia as primeiras produções, na Língua de Sinais, assim como a criança ouvinte começa a pronunciar as primeiras palavras.

Já no estágio das primeiras combinações, que inicia - se por volta dos dois anos de idade, verifica-se o estabelecimento da ordem das palavras que é utilizada nas relações gramaticais. Por exemplo, a criança surda a partir desse estágio, começa a ordenar palavras para estabelecer relações gramaticais como SV (sujeito-verbo), VO (verbo-objeto) ou no SVO (sujeito – verbo - objeto).

Para Meier (1980 apud QUADROS, 1997) nem todos os verbos da Língua de Sinais podem ser marcados nas relações gramaticais de uma sentença, razão da qual a maioria dos verbos são indicados no próprio corpo, e por isso que na Língua de Sinais a criança surda deve adquirir duas estratégias para marcar as relações gramaticais, uma é a incorporação dos indicadores que está na concordância verbal e que depende diretamente do sistema pronominal.

As dificuldades encontradas são as mesmas que a criança ouvinte encontra na Língua Oral. Seria mais obvio pensar que para a criança surda a aquisição do sistema pronominal seria mais fácil já que os pronomes EU e TU na Língua de Sinais são identificados através da indicação a si mesmo e ao outro respectivamente. Porém a criança surda também acaba cometendo erros, pois ao estar referindo a si mesma aponta para outra pessoa e isso prova que a compreensão de pronomes não é obvio dentro do sistema lingüísticos da Língua de Sinais e que a apontação é anulada diante das múltiplas funções lingüísticas que ele apresenta.

O estágio das múltiplas combinações, por sua vez tem como característica uma ampliação do vocabulário nas crianças surdas e ouvintes por volta dos dois anos e meio - três anos. Neste estágio, a criança surda comete os mesmos erros gramaticais na Língua de Sinais que a criança ouvinte comete na Língua Oral, como exemplo é o caso da flexão verbal – Exemplo: eu gosti (língua oral) fala do ouvinte que será representada da mesma forma na Língua de Sinais.

Quadros (1997, p. 80) diz que a Língua de Sinais é a língua natural da criança surda, filho de pais surdos, pelo fato do processo de aquisição da língua ocorrer de forma natural como acontece com as crianças ouvintes na aquisição da língua oral, pela interação com o meio social. Já as crianças surdas, filhos de pais ouvintes não adquirem a L1 (Língua de Sinais) espontaneamente, pois os pais ao dirigirem ao filho (a) surdo usam algum de tipo de gesticulação para suprir a necessidade da criança surda. Para adquirir a L1, este segundo grupo precisaria conviver com seus pais.

A Língua de Sinais é, portanto, a língua natural dos surdos e é capaz de oferecer-lhes as mesmas condições de aprendizagem que a língua oral propicia aos ouvintes. Diante disto por que os surdos têm dificuldades de aprendizagem nas escolas? Procuramos apresentar no próximo capítulo algumas questões que nos permitem entender essa questão.

### **3. A AQUISIÇÃO DA L2 PELO SURDO**

Neste capítulo investigamos como se dá a aquisição da L2-escrita da Língua Portuguesa pelo surdo, levando-se em conta que sua língua natural é a Língua de Sinais, no caso do surdo brasileiro é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Segundo Fernandes (2004) o aprendizado da Língua Portuguesa do surdo se esbarra em quatro barreiras: a primeira consiste em que o aprendizado da L2 pelo surdo irá se processar como o ensino de uma língua estrangeira, pois os surdos ao adquirem uma segunda língua na qual sua estruturação gramatical seja diferente de sua língua materna, terá que aprendê-la de forma artificial pois os componentes estruturais da Língua Portuguesa difere de sua língua-base: a Língua de Sinais . A segunda barreira diz respeito as diferenças quanto à organização dos níveis lingüísticos de ordem morfológica, fonológica, sintática e semântica da Língua Oral e da Língua de Sinais. A terceira consiste no fato de que o surdo irá aprender a L2 levando consigo toda a estrutura da Língua de Sinais- L1. porém, muitas vezes a influencia da L1 sobre a L2

não chega a ocorrer porque muitos surdos não dominam nem a sua própria língua, sendo este outro obstáculo a aprendizagem da L2 pelo mesmo.

Segundo Quadros (1997) deve se levar em conta no processo de aquisição da L2 pelo surdo, o interesse/motivação do professor para ensinar a escrita da Língua Portuguesa para o aprendiz surdo, as estratégias de aprendizagem com adaptações necessárias e o ensino bilíngüe. E por meio da Língua de Sinais o surdo estabelece relações com outros da comunidade surda e através dela, permitir um processo mental para que haja a aquisição da L2.

Diante dessas constatações, é que defende - se que a educação dos surdos deva ser bilíngüe, assegurando o ensino simultâneo da Língua de Sinais e da escrita da Língua Portuguesa desde a Educação Infantil. Assim, questiona - se: Quais dessas duas línguas devem ser aprendida primeiro?

Segundo Quadros (1997, p.27) afirma que o ensino bilíngüe é uma proposta de ensino observada nas escolas especializadas em surdos como exemplo citamos a ANPACIN (Centro Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil) em Maringá, que visa o ensino bilíngüe como uma situação lingüística que compreende na utilização de duas línguas: a primeira língua é a Língua de Sinais e a segunda a escrita da Língua Portuguesa.

Por decorrência desse fato, conclui-se que são inúmeros os problemas enfrentados pelo surdo em seu processo de letramento, tendo em vista que o aprendizado da segunda língua (L2) - no caso a escrita da Língua Portuguesa se dá através da primeira língua (L1)-Língua de Sinais.

Nesse sentido, percebe - se que o processo educativo do surdo, vem ocupando um espaço nas interações sociais, assim quando realizadas tais interações favorecem e muito, ao ensino-aprendizagem da L2 pelo surdo, pois a ausência de linguagem oral demonstra-se o seu maior obstáculo para seu ingresso à rede regular de ensino.

Lane (1992, p.103) diz que para haver o aprendizagem da L2 pelo surdo se deve estar atento para inúmeras iniciativas de avaliação da escrita do surdo, sabendo-se que não

basta que o surdo frequente uma sala de aula, é preciso que seja atendido nas suas necessidades e capacidades, para que assim possa sanar uma deficiência muito maior que a auditiva, isto é, a deficiência que separa as pessoas: a deficiência humano-social.

Segundo Quadros (1997, p.46) muitas são as razões que dificultam a aprendizagem da L2 (a escrita da Língua Portuguesa) pelo surdo, primeiramente pelo fato desta não ser a sua língua natural, outro fator está na diferença de modalidade das línguas, sendo a Língua de Sinais representada por uma modalidade espaço-visual e é essa diferença de modalidade que determina o uso de mecanismos sintáticos especialmente diferentes dos utilizados nas línguas orais. Soma-se a isto o fato, que nas escolas a escrita da Língua Portuguesa ser ensinada na forma da oralidade, que não irá favorecer a aprendizagem do aluno surdo.

Diante desse estudo temos a seguinte questão: Como o educador deve avaliar a produção escrita do aluno surdo considerando-se que nesse processo de letramento há uma possível influência da Língua de Sinais?, sabendo-se que nas produções escritas da criança surda faltam elementos de ligação: como preposições e conjunções; os vocabulários não são ordenados conforme determina a gramática dos ouvintes e muitas são as dificuldades observadas em relação à flexão e à concordância entre os elementos da frase.

Segundo Fernandes (2004), as dificuldades encontradas na produção escrita do surdo, também se resume: na ortografia que geralmente apresenta boa incorporação das regras ortográficas exceto nas questões de acentuação e pontuação pois estão diretamente ligados na oralidade que dependem da audição, a falta de artigo e do elemento de ligação que são omitidos pois os mesmos não aparecem na LIBRAS, e na forma inadequada de verbo que são sempre colocados no infinitivo. Por exemplo: Aqui cesta uma bolo pote um doce /abelha (mel); Levar avó tua doente e Boca uma grande tu ter (ANEXO C).

Partindo das constatações interiores sugere-se que o professor deve utilizar os seguintes critérios para avaliar a produção escrita de seus alunos surdos:

- Procure valorizar o conteúdo desenvolvido pelo aluno, buscando a coerência em sua produção, mesmo que a estruturação frasal não corresponda aos padrões exigidos para o nível/série em que se encontra;
- Verifique, junto ao aluno, se o uso de palavras aparentemente inadequadas ou sem sentido que não indicam um significado diverso do pretendido;
- Considere os possíveis equívocos em relação ao uso de tempos verbais e a omissão ou inadequação no uso de artigos e preposições, decorrentes do desconhecimento da língua portuguesa ou da interferência da LIBRAS;
- Compreenda que o vocabulário “pobre” ou limitado, deve-se às poucas experiências significativas com a Língua Portuguesa;
- Utilize as próprias produções do aluno para avaliar seu progresso, evitando comparações com os demais alunos.

Complementando as informações Fernandes (2004) apresenta, algumas sugestões que devem ser adaptadas no ensino para o surdos: a contextualização visual do texto em referências visuais que possibilitam aos alunos surdos uma compreensão prévia do tema implicado, a associação entre linguagem verbal e não verbal para a constituição dos sentidos da escrita; a exposição do conhecimento prévio das informações do texto, fazendo relações por meio da Língua de Sinais; registro do léxico das palavras e expressões desconhecidas; aspectos que organizam o texto escrito; e a (re) elaboração da escrita em atividades que possibilitem avaliar se houve apropriação dos conhecimentos sistemáticos da Língua Portuguesa. Como exemplo de um texto adaptado para o surdo cita-se: “Branca e o Lobo Mau” de Francisco Goulão (ANEXO C).

Tanto para Quadros (1997) ou para Fernandes (2004), o surdo somente aprenderá a escrita da língua portuguesa, se submetido a um processo formal de aprendizagem, com metodologia específica e professores especializados para esse fim. Assim, ensinar ao surdo a L2, significa, em primeiro lugar, entender que o impedimento auditivo lhe traz novas possibilidades de conhecimento, baseando-se em experiências visuais do que em

experiências auditivas. Se há pouca ou nenhuma audição, a visão por sua vez será o sentido mais importante para a aprendizagem da L2 pelo surdo. Nesse sentido, ninguém tem o direito de impedi-lo de se comunicar por outras vias, embora esta não seja a utilizada convencionalmente. Negar ao surdo este direito, é negar-lhe o direito de aprender e de se desenvolver.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Para concluirmos este trabalho bibliográfico, gostaríamos de focar que o estudo do tema nos levou a entender, primeiramente que a Língua de Sinais é a língua natural do surdo. Esta língua se caracteriza por aspectos lingüísticos com regras morfológicas, sintáticas, fonológicas e semânticas próprias, capaz de possibilitar o desenvolvimento cognitivo do surdo, favorecendo seu acesso aos conceitos e aos conhecimentos existentes de uma sociedade.

A aquisição da Língua de Sinais pelos surdos ocorre de forma semelhante a aquisição de língua oral pelos ouvintes. Inicialmente os surdos vão adquirir a L2 até conseguirem internalizar as regras de sua língua. Porém, isto só acontecerá naturalmente se o surdo tiver contato com os seus pais.

Quando se trata do processo de aquisição da escrita da Língua Portuguesa pelos surdos, podemos dizer que ele funciona para que os alunos surdos como a aprendizagem de

uma língua estrangeira. E mais, neste processo de aprendizado o aluno surdo sempre ocorrerá a Língua de Sinais que é a sua língua materna pois essa recorrência a L1 facilita para o aluno a aquisição da L2.

Constatamos quando mais oportunidade tiver para a aprendizagem da Língua de Sinais, ou seja, devem ser oferecido e divulgado cursos de LIBRAS para a comunidade escolar e especialmente aos pais de crianças surdas, como também aos professores destes alunos e a comunidade em geral como forma de suprir a necessidade que as pessoas têm de estar em constante comunicação. E outra condição neste processo da aquisição de L2 é que a família deve ser esclarecida que quanto mais cedo ela buscar ajuda especializadas como, por exemplo, apoio de fonoaudiológico irá facilitar o aprendizado da Língua Portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- BRITO L.F. **Integração social & Educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel; 1993.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial: **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental: Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: MEC, SEESP, 1998, v.3.
- ALFABETO manual. Disponível em: <[www.dicionariodelibras.com.br](http://www.dicionariodelibras.com.br)> . Acesso em 19/08/06.
- BRANCA e o lobo mau. Disponível em: < [www.franciscogoulao.com.br](http://www.franciscogoulao.com.br)> . Acesso em 11/05/06
- FERNANDES, Eulália. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: AEIR, 1993.
- FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngüe para surdos: trilhando caminhos para a prática pedagógica**. Curitiba: SEED/SUED/DEED: 2004.
- GIUSEPPE, Rinaldi et al, **Deficiência Auditiva**. Brasília: SEESP, 1997.

GÓES, Maria Cecília R. de. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interalista**. São Paulo: Plexus, 2001.

HANSEN John T. & KOEPPEN, Bruce M., **Anatomia e Fisiologia Humana**, São Paulo: [S.1], 2000.

LANE, Harlan . **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MARCHESI, Álvaro. **A comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas**. In: COLL, César, PÁLACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: 2004

PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes,1995.

ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas; LIMA, Maria Cecília Marconi Pinheiro. **A surdez**. In: PALHARES Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina Fanhani (Org), **Escola Inclusiva**, São Carlos: UFSCARL: 2002 p. 113 a 123.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**, São Paulo: Cultrix, 1975, p.70.

SEABRA, Giovanni de Freitas. **O projeto de pesquisa**. In: **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: UNB, 2001, p.47-58.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.